



## REGISTRO DE REUNIÃO

### 1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

<b>Data</b>	<b>23/06/2022</b>	<b>Horário início</b>	<b>10:30 h</b>	<b>Horário término</b>	<b>12:00 h</b>
<b>Tipo</b>	Reunião do SubComitê de TIC				
<b>Local</b>	Google Meet				
<b>Objetivo</b>	1. LINOVA, Gartner, dicas SECOM, auditoria Segurança da Informação, iGovTIC, SGTI Indicadores e metas, ajuste indicador Gestão de Configuração e Ativos e definição de sistemas críticos.				

### 2. PARTICIPANTES

<b>Nome</b>	<b>Área</b>
André Soares Farias	Diretor da SETIC
Alberto Daniel Muller	Coordenador de Gestão e Apoio à Governança de TIC (ausência justificada)
Paulo Roberto Schmitt do Carmo	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
Denilson Ribeiro de Quadros	Coordenador de Serviços de TIC
Pablo Paulo Lopes Barros	Coordenador de Implantação de Sistemas
Paulo Mendes Ribeiro Júnior	Coordenador de Infraestrutura Tecnológica
Lucas Pozatti	Coordenador de Segurança da Informação e Proteção de Dados
Cíntia Frigo Petuco	Assistente-chefe do Escritório de Projetos de TIC
Ricardo Krause Kurylenko	Seção de Conformidade e Processos de TIC

### 3. PONTOS DISCUTIDOS

<b>3.1</b>	<b>LINOVA (Laboratório de Inovação do TRT4)</b>
André Farias fez abertura da reunião. Informou que o colega da SETIC Frederico Oliveira Cardoso passará a trabalhar no LINOVA a partir de julho. Esse colega continua lotado na Divisão de Sistemas de Processo Eletrônico, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas.	



Deliberação: Informativo

### 3.2 Avaliação prévia Gartner

André salientou que temos contratada a Consultoria com o Gartner e que em seguida teremos renovação de contrato. Com isso, gostaria de saber como o grupo avalia o serviço prestado por essa consultoria.

Paulo Mendes tem o acesso delegado do Gartner, já que a área de infraestrutura acaba tendo maior necessidade entre as áreas da SETIC. Ele informou que há uma gama de serviços que o fornecedor oferece via contrato, os quais podemos utilizar. Além disso, informou que o Gartner disponibiliza uma gama muito variada de palestras e eventos. Paulo Mendes salientou que, por outro lado, temos dificuldade em relação ao idioma, pois as reuniões e palestras normalmente são em inglês. Além disso, o fornecedor às vezes não conhece a realidade específica do Brasil e de Governo.

André mencionou que seria importante demandar para o Gartner uma avaliação do nosso PDTIC, para termos uma visão de uma consultoria externa. Além disso, uma avaliação do IT Budget, para termos uma visão de como estamos tratando nosso orçamento, e para termos comparação com outras empresas no Brasil e Mundo.

André informou que ele e os coordenadores realizam uma reunião mensal com o Gartner. E que podemos indicar temas para que eles nos orientem sobre o assunto. Farias salientou que todos os coordenadores e equipes podem demandar assuntos para o Gartner.

Cintia sugeriu que André comentasse no Encontro SETIC que ocorrerá na próxima semana, que temos esse contrato com o Gartner, informando que caso alguém necessite de uma consultoria, podemos demandar.

Deliberação: André vai relatar para o Gartner nossa possível dificuldade em relação ao idioma (inglês) e a necessidade de contextualização do nosso mercado (Brasil e Governo), para tirarmos um melhor proveito das interações.

### 3.3 Indicação de temas a serem divulgados por matéria da SECOM

A SECOM, entendendo que a tecnologia está inserida em todas as áreas, propõe fazer uma matéria a cada 15 dias sobre assuntos que indicarmos, para ser divulgada a todo o TRT4, com dicas de tecnologia.

Exemplo, notícia para que não se use o e-mail institucional em sites que não seja especificamente do trabalho.

Farias solicitou que já fosse definido o primeiro tema durante essa reunião.

Paulo do Carmo sugeriu a divulgação do painel de BI de produtividade dos Gabinetes. Farias entende ser uma boa ideia, mas antes, vão validar como está sendo a utilização da ferramenta.

Lucas sugeriu que um dos assuntos pode ser sobre phishing e respectivos cuidados.

Denilson questionou se as notícias também poderiam ser de divulgação do que vamos fazer, como por exemplo, que estaremos entregando algum equipamento para algum setor. Farias entende que as matérias seriam mais como dicas, mas que podemos avaliar.

Pablo sugere que uma pauta pode ser o acesso do PJe sem o certificado digital, reforçando a divulgação sobre como cadastrar senha para acessar o PJe sem token, e o que pode ser feito com esse acesso.

André vai encaminhar as sugestões para a Deise (SECOM), que entrará em contato com o responsável, para a elaboração da matéria, a qual será revisada posteriormente pelo Farias/Coordenador.

Deliberações:

-André vai encaminhar as dicas acima para serem publicadas pela SECOM.

-Cintia vai colocar como tema fixo nas reuniões quinzenais do Subcomitê de TIC, a definição de assuntos da



quinzena a serem enviados para a SECOM.

### 3.4 Auditoria CSJT - Segurança da Informação

André informa que tivemos auditoria coordenada pelo CSJT, em relação à área de Segurança da Informação. O indicador com o grau de aderência dos Tribunais da Justiça do Trabalho em relação a essa auditoria varia de 0 a 5. O nosso Tribunal ficou com o índice de 4,45, o que nos coloca no último nível, que é o aprimorado (entre 4 e 5). Apenas 4 dos 24 Tribunais do Trabalho estão no nível aprimorado de Segurança. E o TRT4 ficou em primeiro lugar, com o maior grau de aderência. Farias parabenizou principalmente a equipe CSIPD, na pessoa do Lucas.

Deliberação: André irá sugerir que a SECOM divulgue uma notícia em relação ao tema de Segurança da Informação-indicador com o grau de aderência dos Tribunais.

### 3.5 IGov-TIC

Ricardo tem acesso à planilha do simulador do IGov-TIC, em que as fórmulas estão funcionando. Conforme as respostas mudam, a nota muda automaticamente. No momento, estamos com a nota 81 de 100. A partir deste ano, temos algumas mudanças:

-Precisamos estar com nota 90 ou mais, para estarmos no nível máximo, o qual estivemos ano passado. Até o ano passado a nota necessária era de 85.

-Dos 100 pontos possíveis, 10 pontos não estão com a TI e sim com representante da área de negócios. Com isso, estamos com 81 pontos de 90. André solicita um esforço principalmente para concluirmos questões próximas de serem alcançadas.

Ainda não temos prazo para respondermos o questionário. No momento, estamos respondendo uma planilha prévia, a fim de nos organizarmos. O questionário final será encaminhado em agosto, com prazo para resposta ainda em agosto.

Sobre a questão que trata da contratação de nuvem, Lucas questionou se o CSJT definiu qual fornecedor de nuvem iremos utilizar. André informou que o Ministério da Economia disponibilizou um edital, no qual foi contratado um broker, com três empresas de nuvem: AWS, Google e uma terceira. Paulo Mendes informou que está fazendo um curso sobre esse assunto e que os TRTs estão usando exclusivamente a AWS.

Lucas fez alguns questionamentos, como: se a solução contempla CLOUDFRONT ou WAF e como seria a integração da CDN com o ambiente da nuvem. Paulo Mendes vai tentar esclarecer essas informações no curso que está fazendo. Paulo Mendes informa que várias áreas da SETIC serão envolvidas nesse projeto.

A princípio, o planejamento é que na versão 2.9 do PJe, os binários tenham a possibilidade de ser removidos do banco PostgreSQL para uma estrutura S3, o que é um pré-requisito para os Tribunais grandes migrarem para a nuvem.

Lucas questionou como responder a questão 23.2, se o Órgão possui um plano de ação para implementar os itens do manual de gestão de identidades. Lucas informou que não tem conhecimento sobre a existência de um plano de ação formal para atender aos requisitos do manual, embora acredite que boa parte dos requisitos são atendidos. Lucas entende que precisamos fazer um trabalho conjunto, a fim de definirmos um plano de ação, envolvendo principalmente a DIM, e nos comprometermos com o que foi registrado.

E outro item desta questão é sobre o manual em política de educação em cultura de segurança cibernética do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO

poder judiciário. Lucas esclareceu que o manual informa que as questões relacionadas a esse assunto competem à escola de formação da área de gestão de pessoas e a área de comunicação social institucional. Lucas informa que desconhece um plano de ação para implantar os requisitos contidos no manual e que esse plano extrapola a atuação da SETIC. Lucas questionou André se a SETIC deve responder essas questões, já que o manual informa que a Escola Judicial é a responsável por responder. André entende que na prática, podemos responder e ver com a Escola Judicial como implementar essa política. André vai marcar com a EJ uma reunião para a definição desse assunto.

Deliberações:

- Cada gestor deve realizar um esforço para concluir principalmente questões próximas de serem alcançadas no IGovTIC.
- Quanto à nuvem, Paulo Mendes vai esclarecer os questionamentos colocados por Lucas, como CLOUDFRONT ou WAF.
- Manual de gestão de identidades: Lucas, definir plano de ação e envolver as áreas necessárias.
- Manual em política de educação em cultura de segurança cibernética do poder judiciário: SETIC responder e ver com a Escola Judicial como implementar essa política.

**3.6**      **SGSI 22/23: - Indicadores e metas de Segurança da Informação - Revisão 2023**

Lucas enviou e-mail em 09 de maio para o Subcomitê de TIC, com os indicadores propostos. André solicitou a definição e implementação de 1 indicador no momento. Posteriormente, novos indicadores podem ser implementados. Em relação aos indicadores operacionais, Lucas, tendo entendido que era necessário publicar indicadores operacionais, sugeriu os indicadores de “Gestão de Vulnerabilidades” e de “Total de Endpoints com Antivírus em Nível de Máximo Proteção”. No entanto, os indicadores serão públicos e divulgados no Portal de Governança, André entende que esses são sensíveis e não deveriam ser divulgados para o público externo, ao menos no momento. Lucas sugeriu então os indicadores estratégicos de “Conformidade com a ABNT NBR 27002” e o de “Aderência ao Guia de Proteção de Infraestrutura Crítica - CNJ”. Ricardo salientou que o primeiro é indicador de SI no PDTIC.

Deliberação:

Definido os seguintes indicadores de Segurança da Informação:  
“Conformidade com a ABNT NBR 27002” e “Aderência ao Guia de Proteção de Infraestrutura Crítica - CNJ”.

**3.7**      **Ajuste no Indicador do Processo de Gestão de Configuração e Ativos**

Na reunião anterior do Subcomitê de TIC, foi aprovado o indicador do processo de gestão e configuração de ativos, onde seriam analisados os bens de informática com o tipo de bem registrado como "Sem agrupamento", excluindo-se os bens de infraestrutura.

Contudo, em uma nova análise realizada pela Paula Grussner, foi identificado que os bens de infraestrutura poderiam ser incluídos nessa análise.

Desta forma propõe-se uma alteração na fórmula e na meta do indicador, que passaria a ser a seguinte:

Indicador: Percentual de bens de informática sem tipo de bem registrado.

Fórmula: Número de bens que estão com o tipo de bem como "Sem agrupamento" dividido pelo total de bens de



TIC.

Serão considerados apenas os bens de TIC com modelo informado, incluindo os bens de infraestrutura.

Periodicidade: quadrimestral

Metas: manter abaixo de 3%

Deliberação: Aprovado o indicador demonstrado

3.8

**Definição dos sistemas considerados críticos para o escopo do protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas**

Lucas explicou que devido à EnsecJud, elaboramos os três protocolos de segurança cibernética e, no Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas, foram definidos como sistemas críticos os seguintes: PJe, Novajus4, www e AUD4.

Na revisão dos protocolos, alguns Tribunais estão considerando folha de pagamento e outros sistemas como críticos. Além disso, a auditoria SEAUDI sugeriu que fossem inseridos os seguintes sistemas nesta lista: SIGEP-JT (somente os módulos FOLHA e CADASTRO), o PROAD e o Google Suite.

Deliberação: Definido adicionarmos os sistemas sugeridos pela SEAUDI na lista de sistemas críticos: SIGEP-JT (somente os módulos FOLHA e CADASTRO), o PROAD e o Google Suite.

Com isto, a lista completa dos sistemas críticos fica definida como:

PJe, Novajus4, www e AUD4.

SIGEP-JT (somente os módulos FOLHA e CADASTRO), o PROAD e o Google Suite.